

DESIGUALDADE DE GÊNERO NA DIPLOMACIA BRASILEIRA¹

José Rodrigues Jamba Segunda²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da representatividade das mulheres diplomatas no Itamaraty, destacando os obstáculos e desafios que as mulheres enfrentam neste campo. As mulheres diplomatas ocupam um índice baixo no Ministério das Relações Exteriores (MRE). Mesmo havendo mulheres ocupando cargos de destaque, ainda há uma enorme disparidade de gênero no Itamaraty e bem como na política. Serão discutidas as consequências e barreiras desta disparidade presente na Diplomacia Brasileira, bem como propostas medidas para fomentar a equidade de gênero e garantir uma representatividade mais justa nas relações exteriores do Brasil. Sendo que a discrepância de gênero nas atividades diplomáticas do Brasil impacta a representação das mulheres nas tomadas de decisões a nível global. A pesquisa se voltará à base do método qualitativo, e se fará o uso da pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: diplomacia; discriminação de sexo contra as mulheres - Brasil; Palácio Itamaraty (Brasília, DF).

ABSTRACT

This article presents an analysis of the representation of female diplomats in the Ministry of Foreign Affairs, highlighting the obstacles and challenges that women face in this field. Female diplomats occupy a low percentage in the Ministry of Foreign Affairs (MRE). Even though there are women occupying prominent positions, there is still a huge gender disparity in the Ministry of Foreign Affairs and in politics. The consequences of this disparity in Brazilian diplomacy will be discussed, as well as proposed measures to promote gender equity and ensure fairer representation in Brazil's foreign relations. The gender discrepancy in Brazil's diplomatic activities impacts the representation of women in decision-making at a global level. The research will be based on the qualitative method, and will use bibliographic and documentary research.

Keywords: diplomacy; Itamaraty Palace (Brasília, DF); sex discrimination against women - Brazil.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves.

² Bacharel em Humanidades e Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo analisar as desigualdades de gênero existentes no Itamaraty e a sua representatividade na sociedade a partir das barreiras existentes no Itamaraty que dificultam a inserção das mulheres na carreira diplomática. Os estudos de gênero e a noção de interseccionalidade, acabaram trazendo novas perspectivas ao estudo da desigualdade e da relação de poder demonstrando que suas vivências e experiências, podem ser refletidas em outros moldes como delineamento da raça. A diplomacia brasileira é caracterizada como uma organização profissional que se remete a um sistema burocrático constituído na ordem ou hierarquia. As mulheres diplomatas no Brasil representam 25%, referente aos homens diplomados ao serviço do Brasil. As mulheres na diplomacia enfrentam barreiras como estereótipos de gênero, falta de oportunidades de ascensão e discriminação. Os estereótipos associam características consideradas femininas à falta de liderança e assertividade, enquanto a falta de consultorias e políticas de equidade de gênero dificultam a progressão na carreira.

Em relação a representação feminina nas esferas públicas federais, Silva (2021), aponta que à esfera pública federal a atuação das mulheres negras nesse espaço é quantitativamente menor sendo que correspondem simplesmente 14,2 %, tendo divergências enormes para com as mulheres brancas que ocupam 22,5%, nos setores públicos federais. Percebe-se que a maior percentagem nesses espaços é ocupado por homens brancos com 32,2 %, depois estão os homens negros que ocupam um terço de 29,8%. Além desses aspectos apresentados até ao momento, a composição dos concursos públicos para os níveis superiores acaba determinar parâmetros que beneficiem a formação dos grupos favorecidos. É importante pontuarmos que a diplomacia brasileira é uma área predominantemente dominado pelo sexo masculino, onde a presença feminina em cargos de destaque ou liderança corresponde simplesmente em uma pequena parcela.

Silveira (2022), argumenta que é relevante esse debate sobre a participação das mulheres nas decisões políticas e sendo várias situações e que se estabelecem por meio de suas vivências que só elas têm o poder de transmitir que segundo autora se difere do sexo masculino. Para autora o debate das desigualdades de gênero na diplomacia brasileira e não são temáticas que não podem ser isoladas porque afeta especialmente o Ministério das Relações Exterior do Brasil diante ao Itamaraty “a discussão de gênero no Itamaraty faz parte da discussão contemporânea mais ampla de inclusão social, que envolve a restrição de oportunidades nas esferas políticas, civis e econômicas por condições como cor da pele” (Silveira, 2022, p. 9). Para Crenshaw (2002, p. 175) “um subconjunto de mulheres subordinadas enfrentam um problema, em parte

por serem mulheres, mas isso não é percebido como um problema de gênero, porque não faz parte da experiência das mulheres dos grupos dominantes”. Monte (2013), o gênero é usado em muitas ocasiões como ação de diferenciação, de igual modo como ordem de classificação, que serve como guia de ações, que acaba colocando um limite. As desigualdades de gênero de modo algum dizem respeito a um contexto natural mas sim em uma ideologia incorporada a partir da tradição cultural, estruturas hierarquizadas (Saffioti, 2015).

O conceito de gênero permitiu passar de uma análise da situação da mulher baseada no aspecto biológico para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, e, portanto, passíveis de modificação. As relações de gênero, com seu substrato de poder, passam a constituir o centro das preocupações é a chave para a superação dos padrões de desigualdade. [...] A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. A essas inovações conceituais veio juntar-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados (ONU Mulheres, 1995, p. 148).

A disparidade de gênero reflete especialmente em estrutura hierárquica e cultural que historicamente privilegia mais os homens do que as mulheres em atividades diplomáticas. A inclusão da participação das mulheres na diplomacia é de caráter importante para enriquecer o processo de tomada de decisão e garantir debates mais inclusivos que pautam sobre as questões de gênero e bem aos direitos das mulheres na sociedade. Silveira (2022), afirma que a diplomacia é entendido como um sistema que preserve as suas tradições patriarcal, e que embora se busque mudanças que são necessárias mas que não são algo tão fácil de acontecer. Ao longo da história as mulheres lhes foi tiradas a oportunidade de ingressarem na carreira política onde as mulheres que conseguiram ingressar encararam enormes dificuldades do seu exercício “o Estado se comprometeu com os direitos da mulher, sendo nacional - as normas legais de igualdade da Constituição de 1988 e o apoio a iniciativas - ou internacionalmente - signatário de diversos instrumentos internacionais” (Silveira, 2022, p. 9). Em relação à questão de gênero, levantamos a seguinte pergunta de partida, que guiará o nosso artigo: De que forma as desigualdades de gênero no Itamaraty tem dificultado a inserção das mulheres na diplomacia brasileira?

Para a realização deste artigo se baseou na metodologia de pesquisa qualitativo, baseado na revisão bibliográfica, pesquisa documental, onde buscamos levantar debates em torno das desigualdades de gênero no Itamaraty, a partir das conquistas e barreiras que as mulheres

diplomatas enfrentam na sociedade brasileira em particular no Ministério das Relações Exterior do Brasil.

O artigo está dividido em três partes, na primeira seção buscou-se introduzir tema, na segunda parte analisou-se a inclusão das mulheres no Itamaraty: entre conquistas e barreiras de gênero, trazendo à tona as mulheres diplomatas nesse espaço de caráter público, a sua participação e o seu percurso na carreira diplomata das relações exterior do Brasil. Na segunda seção procurou-se analisar a inserção das mulheres na vida política diplomática e sua representatividade na sociedade civil, em relação aos desafios de gênero nas relações internacionais: a invisibilidade e a luta das mulheres pelo poder.

2 A INCLUSÃO DAS MULHERES NO ITAMARATY: ENTRE CONQUISTAS E BARREIRAS DE GÊNERO

A participação de mulheres na diplomacia brasileira especificamente no Itamaraty, se estabeleceu a partir da Maria José Rebello que foi a primeira mulher a integrar o grupo de diplomatas, em 1918 (Carmo; Farias, 2016). Para o ingresso foi necessário recorrer na justiça sendo que na época o seu pedido havia sido recusado em fazer parte na carreira diplomata no Itamaraty por Nilo Peçanha, que na época era ministro das Relações Exteriores brasileira. Em um momento onde as mulheres nem sequer tinham o direito ao voto e bem como impedidas a participarem na vida política em meados de 1926 sendo que depois de mais duas mulheres conseguiram a ingressar no Itamaraty que foi a Celina Porto Carrero e Wanda Vianna Rodrigues, sendo designadas a exercerem funções de diplomatas mas que as mesmas não cumpriram nenhum processo ou seja em realizarem uma prova. A quarta mulher brasileira a ser aceite na carreira diplomata foi Zorayma de Almeida Rodrigues que o seu ingresso aconteceu por intermédio de um concurso público em 1928 na época eram 241 diplomatas homens, contra 4 mulheres diplomatas (Friaça, 2018).

Em meados de 1931 as relações exteriores do Brasil os seus serviços eram apenas ofertados em três áreas diferentes: serviços diplomáticos, consulados e por último o quadro de Oficiais da Secretaria de Estado. Através da reparação que aconteceu em 1931 por Melo Franco, essa última área que enquadr u quatro diplomatas ao serviço do Ministério das Relac es Exteriores (MRE) exerceram atividades como oficiais da Secretaria de Estado onde as mesmas foram transferidas para os consulados. Enquanto os homens tinham o direito da escolha, em qual local pretendiam exercer as suas atividades quer seja ao serviço consular ou diplomática,

coisas que não aconteciam com as mulheres. As mulheres diplomatas foram submetidas ao exercício de menor destaque comparado com as atividades exercidas por homens que lhes foram auferidos cargos de maiores prestígios (Friaça, 2018).

Além disso, no dia 12 de abril de 1934 tinha sido publicado o Decreto 24.113 que segundo o Art. 75, §3, se um dos funcionários da carreira diplomata ou consular casassem entre si um dos dois tinha que escolher quem irá deixar de receber o salário, em que o Código Civil implementado no ano de 1916 que colocava o homem em hierarquia onde a mulher era escolhida a deixar o cargo em que essas condutas nesse período era reprovável pela sociedade. Posteriormente em 1938, com a reforma que veio então acontecer a partir de Oswaldo Aranha que foi ministro das Relações Exteriores do Brasil na época, acabou unificando a carreira consular com a diplomacia onde o mesmo havia implementado em que as mulheres não poderiam concorrer na carreira diplomática brasileira. Entre os meados de 1918 a 1938 na carreira diplomática brasileira haviam aceites 19 mulheres para o exercício da diplomacia brasileira (Friaça, 2018).

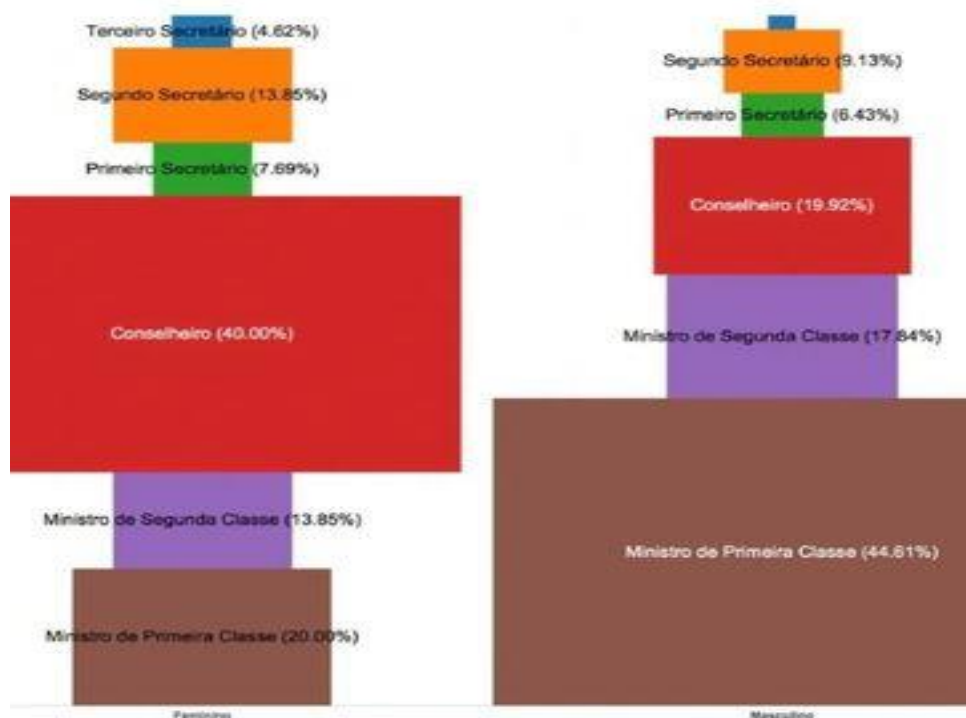
Moura (2007), a formação do Instituto Rio Branco em meados de 1945 tinha como expectativa enorme em que haveria mais mulheres a concorrerem para o exercício diplomático junto ao Itamaraty, mas acabou não sendo concretizado. No dia 26 de abril do ano de 1946 havia sido Decreto-Lei nº 9.202 que categorizava o sexo masculino legíveis ao concurso para admissão na carreira diplomática no Itamaraty. Neste mesmo ano as mulheres diplomatas eram obrigadas a deixarem o cargo e as suas atividades caso contraísse o matrimônio com um dos membros e automaticamente eram exoneradas do exercício. Só no período de 1950 que foi exterminada essa lei que impedia as mulheres de concorrer no concurso de diplomatas, mas que só foram estabelecidas especialmente na Lei 2.171, de 18 de janeiro de 1954. Mesmo havendo uma nova constituição as mulheres continuaram de fora por muito tempo na carreira diplomática, no qual um dos aspetos se dava pelas vestimentas que eram solicitadas aos candidatos em como poderiam se apresentar e que isso não contemplavam as mulheres.

De acordo o Ministério das Relações Exterior-MRE (2018), o ano de 1980 teve um aumento significativo na participação de mulheres no Itamaraty diferente de outros anos como já referidos até ao momento. Em 1986 o instituto da agregação acabou sendo excluído permanentemente pela Lei 7.501 de 27 de junho de 1986, onde um dos cônjuges o seu vencimento deveria ser em média abaixo de 40% tal como a desigualdade econômico deixou de existir a partir da Lei 9.392, de dezembro de 1996. Foi nesta época em que começou a ter mais mulheres nos debates de gênero para os cargos diplomáticos no qual a Thereza Quintella foi a primeira diplomata a exercer o cargo de Ministra a partir do Instituto Rio Branco, sendo

que esses cargos eram dirigidos por homens. Embora, esses espaços sejam ocupados por homens fez com que a diplomata Thereza Quintella em muitas ocasiões se representasse na categoria masculina, mas com o passar do tempo foi se identificando especificamente na representação feminina, sendo que outrora nem tiveram oportunidades.

Novas medidas sobre discussões de gênero na diplomacia brasileira, foram intensificadas mais na gestão de Celso Amorim durante o governo do presidente Lula (2003-2011). Em 2003 Amorim havia nomeado Vera Pedrosa Martins como Subsecretária no Itamaraty sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo, já no ano de 2005 nomeia Maria de Nazareth Farani Azevedo no Cargo de Chefe de Gabinete do ministro das Relações Exteriores, atividade que jamais havia sido exercida por mulheres também. Foi nesse período que foram enviadas duas mulheres para exercerem o cargo de embaixadoras no Oriente Médio, Maria Elisa Berenguer para chefiar a embaixada brasileira em Tel Aviv e Ligia Maria Scherer para atuar no cargo de representantes do Brasil em Ramallah. Em meados de 2007-2013 a Missão Permanente do Brasil ligada às Nações Unidas foi chefiada pela primeira vez por uma mulher e por outra, foi o Conselho de Segurança que foi conduzida por uma mulher no ano de 2012-2013. É importante ressaltar que apesar de termos mulheres em diversas áreas da esferas da sociedade ainda existe diversos impedimentos (barreiras), que muitas delas têm enfrentado pela condição de serem mulheres tudo isso através do imaginário que foi construído nos tempos passados de que a mulher o seu lugar é de cuidar o lar, situação que inferioriza a missão da mulher como se os homens fossem os únicos que têm privilégios de ocuparem cargos de destaques públicos.

Infográfico 1 - Teto de Vidro no Itamaraty para as Mulheres



Fonte: Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras - Faria e Carmo (2016).

O infográfico apresentado demonstra a forma de como as mulheres diplomatas enfrentam dificuldades ou desafios nesse setor, sobretudo na ocupação de cargos de destaque na carreira diplomática brasileira do Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty).

Prioridade nos discursos do novo governo, a igualdade de gênero no Itamaraty ainda é um desafio para o terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Apesar de ser um tema recorrente do chanceler Mauro Vieira — que escolheu a embaixadora Maria Laura da Rocha como primeira mulher a ocupar a Secretaria-geral do Itamaraty — e de alguns avanços desde janeiro, a busca por paridade entre mulheres e homens nos principais postos do Ministério das Relações Exteriores segue distante. De um total de 1.539 diplomatas ativos, apenas 354 são mulheres, ou seja, 23%. Já entre os 210 embaixadores, o número de mulheres na posição é de 43, representando 20% do nível mais alto da carreira. Por outro lado, no concurso do Instituto Rio Branco de 2022, 38% dos aprovados foram mulheres, um recorde para a instituição. E, deste universo feminino dos aprovados no ano passado, outro marco importante para a diversidade da instituição: 40% são mulheres negras. O avanço da presença feminina no comando de embaixadas estratégicas, como a de Washington, que terá a embaixadora Maria Luiza Viotti à frente desta representação pela primeira vez, mostra uma mudança de postura do governo Lula em relação a outras gestões. A diplomacia feminina também assumirá a FAO (a organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), para a qual foi nomeada a embaixadora Carla Barroso, e da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), onde estará a embaixadora Paula Alves de Souza. Entre as dez secretarias que formam o gabinete do ministro Mauro Vieira, três serão comandadas por mulheres: foram escolhidas as embaixadoras Gisela Padovan para América Latina e Caribe; Maria Luiza Escorel para Europa e América do Norte; e Fátima Ishitani para Gestão e Administração. Ou seja, 30% destes cargos. No fim do governo Jair Bolsonaro apenas uma secretária era comandada por mulheres entre as sete existentes, ou seja, uma participação feminina

de 14%. Também foram recentemente nomeadas para chefiar embaixadas Claudia Buzzi (Suíça), Márcia Donner (Coreia do Sul) — única diplomata mulher que integrou o Gabinete do ex-chanceler Carlos França — e Eugênia Barthelmess (Cingapura). A carreira diplomática vem se adaptando às demandas de diversidade, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Um desses passos foi a incorporação da Lei de Cotas (Lei 12.990/2014), em 2015, no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CACD), pela qual, até o ano passado, 39 vagas para negros foram preenchidas (14 mulheres e 25 homens). Além disso, cinco negros tiveram nota suficiente para serem admitidos pela ampla concorrência, fora das cotas (quatro homens e uma mulher), (Figueiredo, 2023, p. 1).

Ainda existem desafios enormes nesta área para que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens na esfera política e não só na sociedade em geral sendo umas discussões que afeta todas as mulheres. As mulheres na diplomacia brasileira ocupam um terço de mais de 40%, das que realizam a prova para ingressarem no Itamaraty onde são aprovadas simplesmente 25%. No interior do Itamaraty as mulheres enfrentam diversas dificuldades em ascender na profissão diplomática uma vez que os homens retêm para si posições de destaques (poder), no qual as mulheres muitas vezes acabam sendo marginalizadas e vistas como menos relevantes na diplomacia local e internacional nas mais diversas atividades Governamentais (Quintella, 2021 *apud* CEBRI, 2021). Segundo Tickner (2001, p. 54), “no Ocidente, a imagem do formulador de política externa tem sido fortemente associada à elite, aos homens brancos e representações da masculinidade hegemônica”. A fraca participação feminina no cenário internacional e na exclusão de suas concepções no que toca a política internacional, é visto também como um ato de disparidade que exclui a representatividade das mesmas.

Figura 1 - Mulheres diplomatas almejam cargos mais altos no Itamaraty e em representações internacionais – AMDB



Fonte: Brasil de Fato (2023).

Segundo os dados do MRE, o princípio de 2022 a diplomacia brasileira no Itamaraty o seu quadro de diplomatas era em média de 1.540 diplomatas e atualmente o Brasil conta com 1.543 diplomatas ativos, sendo que as mulheres diplomatas são apenas 356 no Itamaraty sendo equivalente a 23%, e os homens são especificamente 1.184 na carreira diplomática, ocupando 77%. Vejamos a tamanha disparidade de diplomatas brasileiros/as no Itamaraty e diante disso, vê-se que as características da diplomacia brasileira estão ligadas ao homem branco e com uma classe média alta. A abordagem apresentada pelo ex-embaixador e ex-ministro Sergio Amaral no canal televisivo da TV Cultura, havia frisado que o índice baixo de mulheres na diplomacia brasileira se estabelecem porque as mesmas não têm qualificações para exercerem tais tarefas de um determinado concurso que acaba sendo tão exigente³. A fala do ex-embaixador foi uma abordagem desrespeitosa contra as mulheres no geral, em diminuir a capacidade de desenvolvimento das mesmas.

De acordo Alma Preta Jornalismo (2022), verifica-se que o Ministério das Relações Exterior (MRE) não tem noção das questões raciais que perpassam no interior do Itamaraty concernente aos diplomatas brasileiros, e que isso dificulta no estabelecimento de uma igualdade e bem como na existência de diversidades raciais internamente no Ministério das Relações Exteriores. No qual dentre esses servidores em sua maioria se declaravam brancos 57,1%, negros simplesmente 11,6% e 29, %5 se afirmam pardos. Foi simplesmente no ano de 1961 que se nomeou pela primeira vez um embaixador negro e não só também foi nomeado pela segunda vez em 2010 um novo embaixador de carreira diante ao Instituto Rio Branco (IRBr).

A partir do texto publicado pelo Laboratório Diplomático da FDUSP [s. d.], para a embaixadora Irene Vida Gala⁴ [s. n.], argumenta de que existem impactos na carreira diplomática brasileira para inclusão das mulheres, onde a mesma disserta que “a gente falar sobre mulheres na carreira diplomática é muito pertinente, mas, na medida em que a gente levanta o tema, é porque ele já virou um tema” isso pelo fato de que durante muito tempo esse debate sobre a inclusão de gênero no Itamaraty não existia e nem sequer fazia parte das pautas. A participação ativa das mulheres tem demonstrado avanços significativos nesse espaço especialmente na diplomacia brasileira, e que embora sejam pontuados avanços ainda existem

³ <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2022/05/30/noticia-diversidade,1369901/mulheres-sao-apenas-23-dos-diplomatas-no-itamaraty.shtml>.

⁴ Disponível em: <https://direito.usp.br/noticia/0970c93c1d2f-em-pleno-2024-temos- apenas-uma-mulher-nas-principais-embaxadas-do-brasil-diz-irene-vida-gala->. Acesso em: 13 de Dez. 2024.

desafios que precisam ser resolvidos a fim de que as mulheres e homens estejam equitativamente iguais.

Gala, aborda que há 40 anos não vê diferenças sendo que quando ingressou na carreira diplomática as mulheres já ocupavam 23% no Itamaraty e que essa percentagem permanece até aos dias atuais, então de que avanços estamos falando se não houve nenhuma subida nessa percentagem. Para a embaixadora Gala, realça que não é normal que em pleno século XXI ainda haja entraves “o fato é que passou a ser possível; mas hoje, em pleno 2024, temos apenas uma mulher nas principais embaixadas”. A vice-diretora da FDUSP, Ana Elisa Bechara, diz que na carreira diplomática do Brasil as mulheres ocupam 20% nas embaixadas brasileiras ou consulares em exercícios. Uma carreira muito bonita, mas ainda muito tida como uma carreira masculina, como se esse não fosse um universo para as mulheres”. Esses espaços ainda são predominantemente ocupados ou liderados por homens e não só na representação diplomática brasileira mas sim mundialmente as mulheres ainda são minorias.

Beauvoir (1960) e True (2005), a ampla desigualdade de gênero existente na sociedade sempre foi marcada por relações de poderes internacionalmente. Por muito tempo acreditava-se que o homem usufrui de mais capacidade em representar politicamente, durante o tempo em que as mulheres eram vistas como um ser negativo e incompleto, e que o seu único local de trabalho seria em locais privados. Sendo assim, a sociedade acabou atribuindo cargos de privilégios aos homens e bem como responsáveis pela vida pública de toda sociedade, contudo, as mulheres passaram a questionar a inexistência de representatividade da mulher na carreira política. Enloe (2007), um dos planos estratégicos das mulheres para poder lidar com o jogo político é na possibilidade de ascender no exercício de suas atividades de igual modo com outros olhares de discriminação de gênero no seu local de serviço, que a propensão das mesmas é se auto afirmarem a uma postura masculinizada.

Gonçalves (2020), a sub-representação feminina em espaços políticos até ao presente momento é tímida no que diz respeito nas decisões do Itamaraty mesmo que nos dias atuais percebe-se um avanço quanto a essa temática e mesmo no século XX teve a sub-representação das mulheres em espaços de destaques mas em minorias. A autora orienta que é necessário que haja mais representação feminina nesses espaços, quer seja mulher branca ou negra nas áreas de poder e de decisão. Fraser (2013), a baixa representatividade de mulheres na política está intrinsecamente ligado às estruturas de gênero, que se perpetua ainda na sociedade civil, e esses estudos são de extrema relevância na agenda de promoção de igualdade de gênero e direitos das mulheres, pautadas inclusivamente a partir da Organização das Nações Unidas onde entende-se que existem várias instituições que demonstram ainda enormes disparidade de gênero em

relação a representação feminina na política. Percebe-se que desde o Barão do Rio Branco as mulheres sempre foram discriminadas e excluídas do exercício político, como se as mulheres não tivessem as mesmas qualificações dos homens, em que verifica-se que as mulheres dificilmente ocupam lugares de maiores visibilidades nas embaixadas brasileiras.

3 DESAFIOS DE GÊNERO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: A INVISIBILIDADE E A LUTA DAS MULHERES PELO PODER

Alves (2011), destaca que na área das Relações Internacionais ainda encontra-se um déficit em relação às temáticas sobre o gênero. O campo de estudos das Relações Internacionais têm buscado desenvolver assuntos que tratam sobretudo em assuntos de alta e baixa política, no que toca em questões sobre poder, e que existe pouca abertura do feminismo na participação dos debates. Para Tickner (1997), citado por Alves (2011), a concepção feminista das relações internacionais, tendem às teorias dominantes na área, e são caracterizadas como experiências masculinizadas. Diante a constituição dos Estados e multinacionalização do capitalismo, os estudos concernente sobre a segurança, são vistas como estruturais de caráter patriarcal que sempre recai ao sexo masculino como o detentor dos estudos.

A construção de barreiras excludentes nas Relações Internacionais está ligada a uma visão que associa comportamentos sociais a cada gênero baseando-se no sexo biológico. Essa perspectiva influenciou estereótipos disseminados, como a ideia de mulheres como pacíficas e emotivas, e homens como agressivos e racionais. Nas RI, essas concepções sustentaram a ideia de uma desconexão natural entre gênero e o âmbito internacional, com uma divisão temática atribuindo a homens temas "duros" e a mulheres temas "brandos" (Barasuol; Zanella, 2023). A falta de presença de mulheres entre Chefes de Estado, diplomatas e formuladores de política externa, segundo Owens e Rietzler (2021), reflete-se na ausência de autoras entre os "clássicos" das Relações Internacionais (Viera, 2024, p. 19).

Para Shepherd (2010 *apud* Barasuol; Zanella, 2023), o processo dessas barreiras ao longo desse tempo se estabelecem nas questões de gênero, crenças que estão presente nas interações sociais que cada gênero apresenta na sociedade que está inserido no que refere ao sexo biológico. Barasuol e Zanella (2023), ressaltam que estas visões estão relacionados na forma como a mulher é tratada na sociedade, a partir das construções estereotipadas sobre elas, enquanto os homens vistos como agressivos, no qual as mulheres estão mais preparadas ao cuidado das crianças e de casa são mais “emotivas” e os homens são lógicos e racionais. De acordo Monte (2013), a categoria de gênero serve potencialmente para marcar o terceiro debate,

permitindo assim abordagens que constroem as valorizações e criando normas para domar a emancipação das mulheres, baseado no que a autora chama de três regras sociais: instrução, direção e compromisso.

Para Alves (2011), é necessário olharmos as relações internacionais não só como apenas relações entre Estados, mas sim como também em relações de caráter social como um todo, que possibilita engendrar mais debates que perpassam nas relações internacionais, sobretudo as questões de gênero que não foram respondidas diante, ao advento da globalização e das transformações sociais. Enloe (2014, p. 22), aborda que “as relações entre governos dependem não apenas de capital e armamento, mas também do controle das mulheres como símbolos, consumidoras, trabalhadoras e consoladores emocionais”. No entanto, alguns dos espaços que são predominantemente ocupadas por mulheres que engloba as pautas internacionais e multinacionais está mais direcionado na exploração sexual e na força de trabalho e prostituição que ocorrem especificamente nas grandes cidades de países desenvolvidos (Enloe, 2014 *apud* Mata, 2022).

Percebe-se que existe uma enorme preocupação por parte das correntes feministas que são levantadas para demonstrar que a construção da política de gênero e a estruturação social, sem conter as características biológicas, elas importam estudar à forma de como às políticas de gênero são exercidas no âmbito das relações internacionais. As feministas formam inquietação conjunta destas para estabelecer as influências do protagonismo feminino, é necessário que se tenha igualdade em ambos lados e que as mulheres que são elegidas não sejam vistas simplesmente como figurinhas, mas sim como ser que tem capacidade de gerir o que lhe foi incumbida e que os governo crie políticas públicas de inserção para o enquadramento das mulheres em diversas esferas públicas. Para Gonçalves (2020), os movimentos feministas exerceram uma tarefa de extrema importância, no que se refere à luta da busca dos direitos das mulheres na sociedade, e que as mulheres fossem reconhecidas diante a sociedade em geral, e de igual modo pelo próprio Estado. No entanto a sociedade contemporânea, está especificamente ligado/a, ao sistema patriarcal, que na verdade a sua construção se deu a partir do processo de colonização, e que no tempo atual ainda carregamos o reflexo dos nossos antepassados, que vem se repercutindo até aos dias atuais.

A invisibilidade de mulheres nos debates internacionais segundo Halliday (2007, p. 169), “a formação da posição das mulheres na sociedade, na economia e em casa “considerando tudo que é privado e sujeito a variações nacionais” deve muito às transformações e tendências que são internacionais e transnacionais”. É importante ressaltar que o feminismo não envolve simplesmente as mulheres, mas também quaisquer indivíduos que se preocupam com essas

lutas e que encontram-se em situação de exclusão social. Sendo que é voltada para as relações sociais que percorre por incompatibilidade e divergências de gênero, classe, e de raça/etnia (Carloto, 2001 *apud* Alves, 2011). A disputa política eminentemente liderada por homens diz respeito em contexto político, econômico, ideológico, desigualdade social e violência, refletindo na dominação masculina, autoconsciente aos prazeres e benefícios em detrimento da subordinação de dependência e obediência das mulheres.

Visto isto, o papel da mulher na diplomacia se configura como esposa e secretária dentro de uma relação instrumental e ornamental. Mesmo que ainda possuam as características consideradas necessárias, eram colocadas na função de organização de festas, jantares e compromissos em geral, o que as restringia ao papel tradicional da mulher como facilitadora dos interesses e privilégios masculinos. A sociedade brasileira tem uma grande tendência a naturalizar os papéis sociais atribuídos às mulheres, e atribuí-los às chamadas fraquezas ou defeitos inatos. Tais fatores nada têm a ver com a defesa do espírito da ciência. A masculinização é uma das estratégias para lidar com uma das formas mais comuns de discriminação de gênero no local de trabalho. A casa é considerada o domínio da esposa. Desta forma, os deveres domésticos das esposas do serviço estrangeiro incluem a criação de uma atmosfera em que homens de diferentes estados possam se conhecer “de homem para homem”, a fim de realizar suas tarefas políticas. Além das características específicas, a carreira diplomática também espera um certo nível de dedicação e sacrifícios pessoais dos seus servidores, o que obviamente gera um impacto na sua vida pessoal e círculo familiar. Nesta perspectiva, as questões de gênero criam mais uma vertente de desigualdade, uma vez que as expectativas sociais para cada um dos sexos são diferentes e no âmbito do trabalho talvez sejam as mesmas (Silveira, 2022, p. 15).

O que torna importante o crescimento de mulheres no poder, a fim de que demandas de outras mulheres possam ser realmente colocadas em prática, afinal, ninguém é melhor que uma mulher para saber das vivências e necessidades passadas por elas (tendo em vista, é claro, os recortes e marcadores sociais existentes). Ter mulheres em qualquer espaço, setor, organização quer seja na política ou não, isso é fundamental e justo, de certa forma representa um símbolo de justiça. É fundamental que as mulheres ocupem esses lugares. Rezende (2015), um dos principais fatores na fraca representatividade da mulher nos lugares destaques e na tomada de decisões nas esferas públicas ou privadas estão diretamente interligados com a questão de raça, que acaba colocando muitas dessas mulheres em situações de desvantagens no que toca na tomada de posse desses espaços de poder. Ao proferirmos sobre as mulheres não podemos olhar simplesmente nas questões de desigualdade de gênero e raciais, visto que as mulheres negras são as que mais estão em desvantagens nessa situação.

Quanto à representação política feminina sempre foi visto como um ato inadmissível na consciência de vários políticos e pelos indivíduos comuns, contemporaneamente é bastante incitado pelas principais Organizações Internacionais (Paxton, 2006). Para Enloe (2014, p. 178), “quando estes lugares, como a política, a diplomacia, e outros lugares não estão sendo

ocupadas por elas, e considerando-lhes apenas esposas, sempre permanecerão as barreiras sexistas e a diplomacia masculina continuará arraigada”. A luta da mulher não é um fenômeno novíssimo, muitas mulheres já levantaram vozes no passado para que as suas causas fossem ouvidas. Ribeiro (2022), realça que no contexto atual as mulheres não ficam simplesmente em casa exercendo atividades de donas de casa ou cuidadoras de filhos, mas que contemporaneamente as mulheres ocupam setores como diretoras de escolas, universidades e empresas, até mesmo em cargos políticos, como presidências de um país, temos como exemplo: a primeira ex-presidente Dilma Rousseff, que assumiu o cargo mais relevante do Brasil.

Balbino (2009), a carreira diplomática é uma das atividades que exclusivamente foi traçado como um ambiente que diz respeito aos homens, que atualmente acabou incluir as mulheres no exercício do Itamaraty. As mulheres que alcançam esses espaços várias vezes são questionadas, a respeito de suas famílias e de igual modo de suas competências, como se esses dois fatores fossem mutuamente excludentes. As mulheres não encontram-se apenas sub-representadas no Itamaraty, mas sim também em várias outras atividades do governo federal, sobretudo em Tribunais Superiores, Congresso Nacional, no Poder Executivo entre outros. Onde as mesmas acabam ingressando em categorias de níveis baixos nas atividades públicas. Na carreira diplomática brasileira existem duas carreiras de alto escalão, a de diplomata e a de oficial de Chancelaria. Sendo que as mulheres são minoria nessas áreas, diferente dos homens diplomatas, que têm o poder de decisão. Balbino (2009, p. 261), “os sujeitos que são a minoria em um ambiente (isto é, as mulheres em carreiras tradicionalmente masculinas) podem, como estratégia consciente ou não, despir-se daquela característica que os torna diferentes (o gênero, por exemplo) e passar a enxergar a todos, inclusive a si mesmos”. Como já salientamos as mulheres pelo fato de serem minorias, muitas vezes acabam sendo impedidas de exercerem suas atividades.

Monteiro (2015), a distinção existente entre a política e a vida privada da mulher está relacionado na divisão entre o trabalho e casa, tendo como exemplos: a construção de como eram vistas as mulheres negras, enquanto que mulheres brancas e ocidentais estavam mais associadas na invenção da (fada do lar), e as negras nas tarefas de caráter produtivo de campo, quer seja no cultivo de terra, e como nos mercados. As mulheres eram vistas como um elemento secundário, nos dias atuais vemos a importância que as mesmas têm na sociedade, sendo cada vez mais protagonistas das suas ações no dia a dia, são várias lutas sobrecarregadas sobre as mulheres, hoje em dia verifica-se uma presença enorme de mulheres em diversos espaços públicos como privados e em diversas esferas sociais, deixando para trás o papel de dona de

casa, aquela que muitas vezes também eram tidas como cuidadora de filhos/as. Já é visto mulheres ocupando cargos importantes e assumindo postos destaques e em diversas posições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, realizamos levantamento de discussões de extrema relevância que dizem respeito a diplomacia brasileira, sobretudo da desigualdade de gênero existente nesse espaço, que durante muito tempo foi caracterizado como um espaço de domínio do sexo masculino. Foi necessário analisarmos a participação das mulheres diplomatas no Itamaraty concernente às disparidades existentes nessa instituição. Vimos que atualmente as mulheres vêm ocupando esses lugares que a muito tempo lhes era impedidas a exercerem atividades de domínio político. Mas que existem até ao exato momentos barreiras e dificuldades na inserção das mesmas na carreira diplomática. Mesmo tendo nomeações de mulheres em exercício da carreira diplomática brasileira, ainda existem lutas árduas referente a essas discussões na inserção das mulheres na ocupação desses lugares de destaque. Nos dias atuais constata-se inclusivamente o preconceito e a violência de gênero presente no Itamaraty. A igualdade de gênero é de grande relevância para a formação de igualdade e que as mulheres e homens devem e têm os mesmos direitos na ocupação desses espaços públicos.

A carreira diplomática no Brasil até ao momento ainda é vista especificamente como um espaço masculino e masculinizado. Para promover a igualdade de gênero na diplomacia brasileira é crucial superar essas barreiras, implementado políticas estratégicas e práticas que incentivem a inclusão das mulheres no exercício da carreira diplomática, a diversidade e a equidade de oportunidades para as mulheres. A superação dos estereótipos de gênero, a garantia de oportunidades de ascensão e o combate à discriminação são passos essenciais para promover uma representação mais equitativa e diversificada na diplomacia brasileira. Entende-se que a invisibilidade das mulheres diplomatas deveria se olhar principalmente na correção de implementação de uma política assertiva, que tenha como objetivo principal a indicação de mais mulheres no Ministério e não só em outras esferas públicas, e que as mulheres diplomatas tenham mais visibilidade na diplomacia brasileira. Por fim, é necessário que se crie mais políticas estratégicas de inserção das mulheres na carreira política para que haja uma equidade entre os sexos, especialmente na diplomacia brasileira.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO, C. **Diplomatas relatam casos de assédio dentro do Itamaraty**. O Globo, 2015. Disponível em: Acesso em: 4 fev. 2017.
- ALMA PRETA. **Racismo e desigualdade social dificultam a entrada de diplomatas negros no Itamaraty**. 2022. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/politica/racismo-e-desigualdade-social-dificultam-a-entrada-de-diplomatas-negros-no-itamaraty/>. Acesso em: 10 de Dez. 2024.
- ALMEIDA, D. R. F. de. **Gênero e interseccionalidade nas políticas públicas: O programa nacional de documentação da trabalhadora rural**. 2016.
- ALVES, Joyce Amâncio de Aquino. **A perspectiva feminista das relações internacionais e um breve olhar sobre as migrações das mulheres bolivianas para o Brasil (1990-2010)**. 2011.
- BALBINO, Viviane Rios. **A presença da mulher na diplomacia brasileira no início do século XXI**. 2009.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Mulheres brasileiras na diplomacia**. Documentário. Direção: Ivana Diniz. Brasília: Argonautas, 2018. Disponível em: <https://vimeo.com/303550770>. Acesso em: 20 de nov. 2022.
- BRASIL. **Anuário do Instituto Rio Branco 2020**. 2020.
- CARLOTO, Cássia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. 2001.
- CHIES, Paula Viviane. **Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho**. 2010.
- CINTRA, Caroline. **Candidatas do DF são aprovadas para o Itamaraty pelo sistema de cotas após provarem que são negras**. 2022.
- CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, 2003.
- CEBRI. **Desigualdade de gênero é desafio para o Itamaraty**. 2021, by: aula ministrada pela Ex-Embaixadora do Brasil na Áustria e na Rússia, Thereza Quintella. 26.10.2021.
- COCKLES, Mariana; Steiner, Andrea Quirino. **As mulheres na carreira diplomática brasileira: considerações sobre admissão, hierarquia e ascensão profissional**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 6, no. 11 (2017): 250-280.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documentos para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero**, Universidade de Califórnia- Estudos Feministas, Los Angeles, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. Boitempo: São Paulo, 2017.

ELOE, Cinthia. Feminism. In: GRIFFITHS, Martin (org.). **International Relations Theory for the Twenty-First Century: An introduction**. New York: Routledge (2007): 99-110.

ENLOE, Cynthia. **Diplomatic and Undiplomatic Wives**. In. ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.

FARIA, Josiane Petry. **A participação feminina na transformação da história patriarcal: dimensões, poder e desenvolvimento como liberdade**. In: Revista Direitos Humanos e Democracia, v. 5, n. 10, p. 2-20, 2017.

FARIAS, R. S; e CARMO, G. F. **Brasilian female diplomats and the struggle for gender equality**. In K. Aggestam, e A. E. Towns (Orgs), *Gendering diplomacy and international negotiation* (pp. 107-124). Cham: Palgrave Macmillan. 2018.

FRASER, N. **Fortunes of feminism: from state-managed capitalism to neoliberal crisis**. Londres: Verso. 2013.

FRIAÇA, Guilherme José Roeder. **Mulheres diplomatas no Itamaraty (1918-2011): uma análise de trajetórias, vitórias e desafios**. Brasília: FUNAG, 2018. Lopes, Dawisson Belém. **Política Externa e democracia no Brasil: ensaio de interpretação histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FIGUEIREDO, Janaína. **Diplomacia feminina**. O Globo, n. 32704, 20/02/2023. Mundo, p. 19. Disponível em: <https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/643902>. Acesso em: 10 de Dez. 2024.

GIANNINI, Renata; MATHIAS, Suzeley K. **Gênero nas Forças Armadas**. In: SAINTPIERRE, Héctor; VITELLI, Marina. **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018, p.546-559.

GONÇALVES, José A. **O fim do patriarcado**. Webartigo. Disponível em:< <http://www.webartigos.com/artigos/o-fim-do-patriarcalismo/27353/>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

GONÇALVES, Lenira Mendes Monteiro. **Participação da mulher na política em Cabo Verde: 2006-2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017.

GONÇALVES, Lenira Mendes Monteiro. **Representação política das mulheres no governo executivo de Cabo Verde: barreiras e avanços entre 2006-2016**. 2020. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2020.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2007.

HOYT, C. L. *The role of leadership efficacy and stereotype activation in women's identification with leadership*. *Journal of Leadership & Organizational Studies*, v. 11, n. 4, p. 2–14, 2005.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa na Nova República: os primeiros 30 anos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

MATA, Elvira Fernandes Mendes da. **A participação política das mulheres na diplomacia dos PALOPs: das lutas pela libertação nacional aos estados pós-coloniais**. 2022. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

MONTE, Izadora Xavier. **O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais**. Copyright 2013 by revista estudos feministas. 2013.

MONTEIRO, Ivanilde Alves; GATI, Hajnalka Halasz. **A mulher na história da educação brasileira: entraves e avanços de uma época**. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, IX, 2012, João Pessoa/PA. Anais... João Pessoa: Ufpa, 2012, v. 01, p. 01-25.

MONTEIRO, Eurídice Furtado. **Entre os Senhores das Ilhas e as Descontentes: Identidades, Classe e Gênero na Estruturação do Campo Político em Cabo Verde**, UFPE, Recife, 2015.

MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a diplomacia brasileira: um estudo de carreira e socialização**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

NAHANA, Belina Loth. **Desafios e vivências com a maternidade: olhar de estudantes negras em universidades públicas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

ONU Mulheres. **Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995)**. 2013. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf. Acesso em: 17 Out. 2024.

OWENS, Patricia; RIETZLER, Katharina. *Women's International Thought: A New History*. Cambridge: University Printing House, 2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Trad. Marta Avancini. Rio de Janeiro: Editora Paz e Guerra, 1990.

PAXTON, Pámela. *The International Women's Movement and Women's Political Representation, 1893-2003*. 2006.

PEREIRA, Manuela Gomes. **Representação das mulheres nos altos cargos da tomada de decisões da ONU: caminhando para uma paridade de gênero?** Monografia (graduação) -

Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2020.

QUINTELLA, Thereza Maria Machado. **Entrevista de capa por Marianna Goulart**. In Revista Sapiientia. São Paulo: Edição 32, Ano 07. Janeiro/junho 2018.

REZENDE, Daniela Leandro. **Mulher no Poder e na Tomada de Decisões**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press, 1989.

SCOTT, J. W. *Gender: still a useful category of analysis?* Diogenes. 2010.

SHEPHERD, Laura J. *“Sex or Gender? Bodies in World Politics and Why Gender Matters”*. In: SHEPHERD, Laura J (ed.). *Gender Matters in World Politics: a feminist introduction to International Relations*. New York: Routledge, 2010.

SILVA, Antônia E. O; MACHADO, C. J. S. **Repensando os entraves à participação política feminina com Pierre Bourdieu**: In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2013.

SILVA, T. D. **Participação de Mulheres Negras no Serviço Público**: desafios e papel das ações afirmativas, 2021.

SILVEIRA, Alessandra Carvalho Borges Da. **O desenvolvimento do papel das mulheres na diplomacia brasileira**: Uma perspectiva histórica e analítica. 2022. Monografia apresentada no curso de Relações Internacionais. FAJS do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). 2022.

STROMQUIST, Nelly P. **Políticas Públicas de Estado e Equidade de Gênero**: perspectivas Comparativas. Revista Brasileira de Educação, n. 1, 1996, p. 27-49.

TICKNER, J. Ann. *You just don't Understand-Troubled Engagements Between Feminists and Ir Theorists*. 1997.

TICKNER, J. Ann. *Gendering world politics: feminist perspectives on achieving global security*. Nova Iorque: Columbia University Press. 2001.

TRUE, J. *Feminism; International Society and its Critics*. Oxford: Oxford University Press, p. 151-162, 2005.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Editora UBU, 2020.

VIERA, Maria Antônia Mascarello. **A política externa brasileira em relação às questões de gênero**: a mudança da orientação internacional do governo de Jair Bolsonaro. 2024. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2024.